



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Alfabetização Midiática e Informacional

Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias:

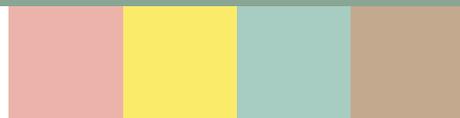
Resumo sobre as
políticas da AMI



Alfabetização Midiática e Informacional

DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

Resumo sobre as
políticas da AMI



Publicado em 2016 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França; pela Representação da UNESCO no Brasil e pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

© UNESCO 2016



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Uso Não-Comercial-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-NC-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbyncsa-en>).

Título original: *Media and information literacy: policy and strategy guidelines; policy brief*.
Publicado em 2013 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Créditos da versão original:

Editado por Alton Grizzle e Maria Carme Torras Calvo

Arte gráfica: UNESCO

Créditos das fotos:

Capa: © Shutterstock

p. 9 e 35: © Shutterstock

p. 10: © Shutterstock

p. 12: © Shutterstock

p. 14: © Shutterstock

p. 19: © OSCE/Stephan Weixler/Austria

p. 25: © Shutterstock

p. 26: © CC BY Rodrigo Galindez

Créditos da versão em português:

Coordenação: Setor de Comunicação e Informação da Representação da UNESCO no Brasil

Cooperação e edição da tradução: Cetic.br / NIC.br

Tradução: Prioridade Consultoria Ltda. Luísa Caliri, Isabela Ayub, Luciane Silva, Silmara de Oliveira

Revisão técnica: Setor de Comunicação e Informação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisões gramatical, ortográfica, bibliográfica e editorial: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Diagramação: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

BR/2016/PI/H/8

Formatado pela UNESCO

Impresso pelo Cetic.br / NIC.br

Impresso no Brasil

EDITORES

Alton Grizzle

Maria Carme Torras Calvo

AUTORES

Alton Grizzle

Penny Moore

Michael Dezuanni

Sanjay Asthana

Carolyn Wilson

Fackson Banda

Chido Onumah



Apresentação

No processo atual de evolução das sociedades do conhecimento, algumas pessoas estão sobrecarregadas de informações, enquanto outras estão sedentas por informação. Em todos os lugares, as pessoas querem se expressar livremente e participar de maneira proativa dos processos de governança e intercâmbios culturais. Universalmente, existe uma vontade profunda de compreender o mundo complexo à nossa volta. A alfabetização midiática e informacional (AMI)¹ é uma base para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e melhorar a qualidade da educação. A AMI descreve as habilidades e as atitudes necessárias para valorizar nas sociedades as funções das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, bem como para encontrar, avaliar e produzir informações e conteúdos midiáticos; em outras palavras, apresenta as competências fundamentais para que as pessoas participem de maneira eficaz de todos os aspectos do desenvolvimento.

Mais e mais países estão reconhecendo a importância da AMI. E tal aspecto torna-se claro ao se constatar que mais de 70 países estão implementando atividades relacionadas à AMI, em diferentes graus e alcances.² Ainda assim, no momento, somente alguns Estados colocaram em prática políticas nacionais relacionadas à AMI e elaboraram as estratégias necessárias para sustentar seus esforços. Simultaneamente, estudos mostram que os países com políticas e estratégias nacionais da AMI possuem mais programas abrangentes e continuados.³

Esta é a primeira publicação a tratar a AMI como um conceito composto, unificando a alfabetização informacional e a alfabetização midiática, além de considerar a liberdade de expressão e o acesso à informação por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas diretrizes oferecem uma abordagem harmonizada, que, por sua vez, permite a todos os atores a articulação de políticas e estratégias nacionais da AMI mais sustentáveis, que descrevem o processo e o conteúdo a serem considerados.

Esta brochura corresponde à parte 1 da publicação “Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas”, que se apresenta em duas partes. A parte 1 expõe um resumo sobre as políticas da AMI e destina-se a formuladores de políticas ou tomadores de decisão, podendo ser considerada um resumo desta publicação. A parte 2 é formada por vários capítulos e apresenta: 1) como fazer da AMI uma ferramenta de desenvolvimento; 2) marcos conceituais para políticas e estratégias da AMI; e 3) um modelo de política e estratégia da AMI que pode ser adaptado ao contexto de qualquer país do mundo.

A publicação faz parte de um conjunto de fontes na área da AMI que tem sido desenvolvido pela UNESCO e por seus parceiros. O conjunto inteiro incluirá: 1) “Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores” (já produzido e disponível em no *site* e na base de dados da UNESCO); 2) o “Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional: disposição e competências do país” (já produzido e disponível no *site* e na base de dados da UNESCO); 3) “Guidelines for Broadcasters to Promote MIL and User-Generated Content”, que trata das diretrizes para a promoção da AMI e conteúdo gerado pelo usuário para organizações de radiodifusão (publicação já produzida e disponível no *site* e na base de dados da UNESCO, mas somente em inglês até o presente); 4) ferramenta multimídia *online* com recursos para ensino da AMI (disponível somente em inglês até o presente); e 5) modelo de curso *online* sobre a AMI e o diálogo intercultural (disponível somente em inglês até o presente).

A UNESCO incentiva todos os países a desenvolver políticas e estratégias nacionais da AMI, usando essas diretrizes e as outras fontes mencionadas anteriormente. Dessa forma, governos, todos os atores e partes interessadas podem garantir a integração de políticas e estratégias da AMI em políticas, regulamentações e leis referentes ao acesso à informação, à liberdade de expressão, às mídias, às bibliotecas, à educação e às TIC.

Jānis Kārklīš

Diretor-geral assistente do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO

1 NT: No Brasil, os termos *alfabetização* e *letramento* são usados em referência a habilidades de leitura e escrita. Este documento não irá tratar das nuances dessas duas expressões. Os editores optaram pelo termo *alfabetização* para aproximar-se da expressão que tem sido usada em língua espanhola e praticada na Espanha e em países da América: *alfabetización informacional*, ou ALFIN.

2 Estimadas de várias fontes.

3 FRAU-MEIGS; JORDI, 2009.

Resumo das diretrizes para a formulação de políticas e estratégias de alfabetização midiática e informacional (AMI)



1. A importância de políticas e estratégias de alfabetização midiática e informacional na era digital

“Sem políticas e estratégias da AMI, provavelmente, aumentarão as disparidades entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às mídias, e entre os que exercem ou não a liberdade de expressão. Outras disparidades surgirão entre os que são e os que não são capazes de encontrar, analisar e avaliar de maneira crítica, além de aplicar a informação e o conteúdo midiático na tomada de decisão”.

No mundo atual, guiado pela tecnologia e saturado pelas mídias, os cidadãos (homens, mulheres, meninos e meninas) precisam de competências para se engajar no uso de mídias e outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet. As políticas e as estratégias da AMI promovem a criação de sociedades baseadas no conhecimento, inclusivas, pluralistas, democráticas e abertas.⁴ As políticas e as estratégias da AMI são fundamentais para garantir a continuidade da governança moderna e da cidadania global no mundo digital. Sem políticas e estratégias da AMI, provavelmente, aumentarão as

disparidades entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às mídias, e entre os que exercem ou não a liberdade de expressão. Outras disparidades surgirão entre os que são e os que não são capazes de encontrar, analisar e avaliar de maneira crítica, além de aplicar a informação e o conteúdo midiático na tomada de decisão.

As novas mídias e tecnologias de informação, embora ofereçam mais oportunidades e novos tipos de envolvimento dos cidadãos com foco nas liberdades e na erradicação das

.....
⁴ HOBBS, 2003.

desigualdades, também suscitam questões relacionadas a segurança, integridade e privacidade. Ademais, criam tensão entre a necessidade de empoderar ou proteger os cidadãos e os interesses culturais locais e globais, que ameaçam reduzir a liberdade de expressão e a valorização da diversidade cultural, do multilinguismo e do pluralismo. As políticas e as estratégias da AMI são necessárias porque permitem que as pessoas adquiram competências para se defender de culturas dominantes e criar os próprios efeitos contrários a elas, ao compartilhar suas histórias por meio de discussões e engajamentos criativos e, dessa forma, proteger a diversidade cultural, o multilinguismo e o pluralismo.

“As políticas e as estratégias da AMI são necessárias porque permitem que as pessoas adquiram competências para se defender de culturas dominantes e criar os próprios efeitos contrários a elas, ao compartilhar suas histórias por meio de discussões e engajamentos criativos e, dessa forma, proteger a diversidade cultural, o multilinguismo e o pluralismo”.

Este resumo sobre as políticas da AMI apresenta as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas e estratégias visando a sua promoção. Depois de compreender a AMI como um conceito composto, serão discutidas as necessidades e os benefícios das políticas e das estratégias da AMI. Em seguida, é fornecido um marco teórico/de desenvolvimento que dispõe instruções para a articulação de políticas e estratégias concernentes à AMI. O processo de desenvolvimento de políticas e elaboração de estratégias com base em tais políticas é descrito e ilustrado neste resumo.

Veja na Parte 2 da versão completa desta publicação os detalhes e as evidências que foram usados como base para as diretrizes fornecidas neste resumo.

2. A AMI como um conceito composto

As políticas e as estratégias da AMI devem ser baseadas em um conceito que harmonize e inclua os vários tipos de aquisição de competências (alfabetização) existentes relacionadas que podem ser identificadas na era digital, tais como alfabetização no acesso a notícias, alfabetização televisiva, alfabetização cinematográfica, alfabetização computacional, alfabetização no uso da internet e alfabetização digital, além de outros conceitos emergentes, como alfabetização em mídias sociais. Devido ao grande número de definições de alfabetização informacional,⁵ alfabetização midiática e outras alfabetizações relacionadas – o que pode levar a uma confusão –, estas diretrizes não propõem uma definição da AMI, mas focam nos principais resultados da aprendizagem ou nos principais elementos da AMI, que, compreendida como um conceito composto, abrange os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que permitem aos cidadãos:

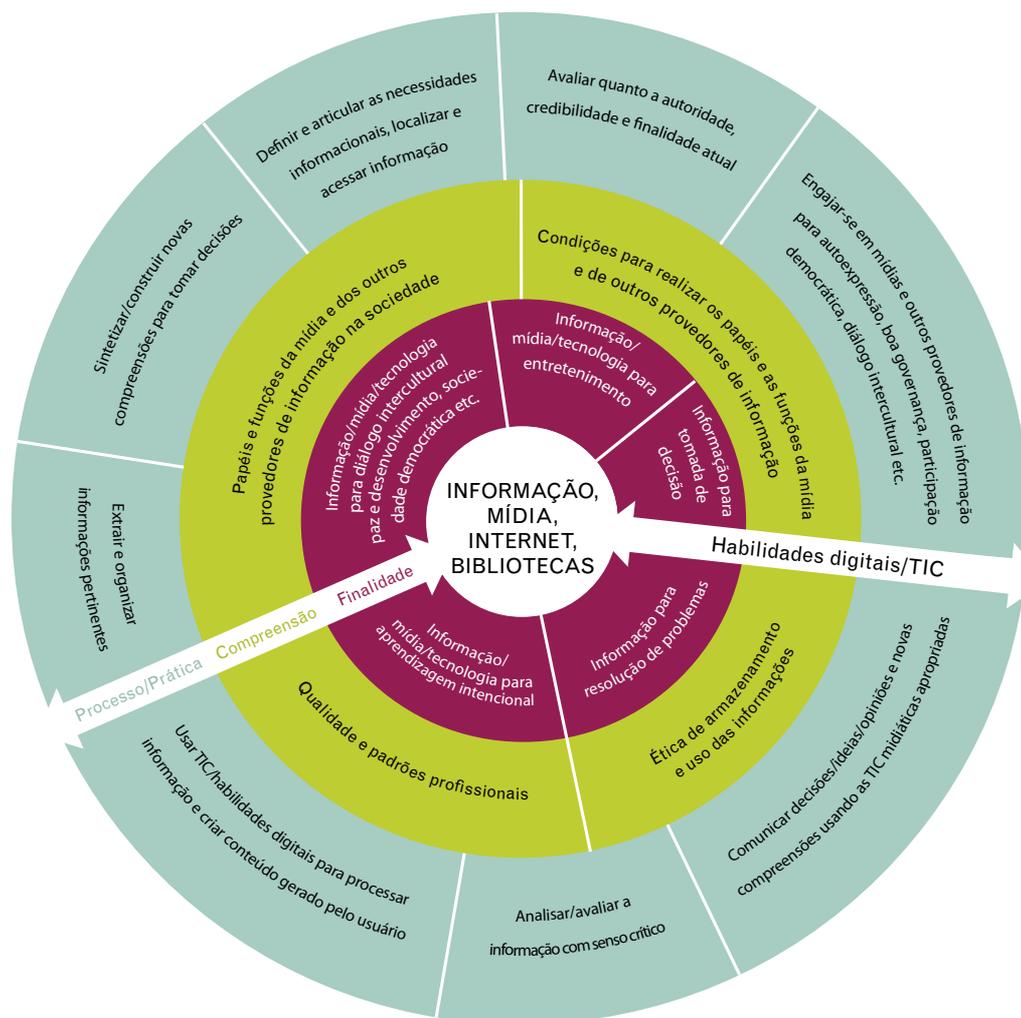
.....
5 PAWLEY, 2010.

- compreender o papel e as funções das mídias e de outros provedores de informação nas sociedades democráticas;
- compreender as condições nas quais essas funções possam ser realizadas;
- reconhecer e articular a necessidade informacional;
- localizar e acessar informações relevantes;
- avaliar com senso crítico, em termos de autoridade, credibilidade e finalidade atual, a informação e o conteúdo das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet;
- extrair e organizar a informação e o conteúdo midiático;
- sintetizar ou trabalhar com as ideias abstraídas do conteúdo;
- comunicar para um grupo de pessoas ou leitores, com ética e responsabilidade, sua compreensão sobre o conhecimento criado, em uma forma ou meio de comunicação apropriado;
- aplicar as habilidades em TIC para processar a informação e produzir conteúdo gerado por usuários; e
- engajar-se nas mídias e em outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, para autoexpressão, liberdade de expressão, diálogo intercultural e participação democrática.



A matriz conceitual da AMI, apresentada nas figuras 1A e 1B, reconhece a importância de todas as formas de mídia (incluindo mídias comunitárias) e de todos os outros provedores de informação, incluindo bibliotecas, acervos, museus, editoras e aqueles na internet. O conceito se baseia na convergência entre telecomunicação e radiodifusão e entre as muitas formas de mídia e provedores de informação. É importante notar que o conceito não está limitado às TIC, pois inclui também as tradições orais.

Figura 1B. Alfabetização midiática e informacional: uma proposta de matriz conceitual



O círculo central da matriz, denominado “**informação, mídia e outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet**”, representa as fontes de informação e os meios pelos quais a informação é transmitida, bem como a mídia como uma instituição (por exemplo, rádio, televisão, jornais, bibliotecas, acervos, museus, dispositivos móveis etc.). A disponibilidade e o acesso à informação, à mídia e a outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, são aspectos importantes de um ambiente favorável para a expansão da AMI.⁶

O segundo círculo, a partir do centro, denominado “**finalidade**”, resume os resultados de pesquisas sobre as razões pelas quais as pessoas usam informações e engajam-se na mídia e em outros provedores de informação, tais como entretenimento, associação, identificação, vigilância e esclarecimento.⁷ A conscientização dos cidadãos sobre a finalidade da AMI conduzirá a uma análise introspectiva de suas necessidades informacionais.

O terceiro círculo, a partir do centro, denominado “**compreensão**”, refere-se ao conhecimento básico que todos os cidadãos devem ter sobre operações, funções, natureza e padrões profissionais e éticos estabelecidos de todas as formas de mídia e outros provedores

6 GRASSIAN; KAPLOWITZ, 2001; KUBEY, 1997.

7 Veja: DURHAM; KELLNER, 2006; BURTON, 2005; BIGNELL, 2000.

de informação. Quando combinada à finalidade, a compreensão favorece a análise crítica e o uso ético da informação e da mídia, além de estimular os cidadãos sem acesso à informação e à mídia para que busquem garantir esse acesso.

O círculo mais distante do centro, denominado “**processo e prática**”, mostra os vários passos que devem ser realizados ou as competências que os cidadãos devem adquirir para criar e usar as informações e os conteúdos midiáticos com eficácia e ética, assim como para se engajarem no uso da mídia e dos outros provedores de informação como parte de sua vida social, econômica, política, cultural e pessoal.

3. Benefícios das políticas e das estratégias da AMI

Estudos mostram que a incorporação da AMI em todos os aspectos da sociedade, incluindo a educação formal e não formal, bem como sua propagação como um movimento engajador de educação cívica, traz benefícios claros para os cidadãos, para o governo, para a qualidade dos sistemas de mídia e de informação e para as instituições de pesquisa.

► **Maior participação dos cidadãos na sociedade**

Os benefícios da AMI para os cidadãos podem ser resumidos da seguinte forma:

a. Maior participação ativa e democrática

A literatura especializada nas áreas de alfabetização informacional (AI) e alfabetização midiática (AM) sugere que, exceto pelos efeitos positivos nos resultados acadêmicos, ensinar e aprender com e por meio da AI e/ou da AM, torna os cidadãos predispostos a assumirem um papel mais ativo na sociedade, tornando-a mais democrática (LEWIS; HALLY, 1998 apud CHEUNG, 2009). Os cidadãos podem incrementar seu papel e se tornarem produtores, e não apenas consumidores, de conteúdo e conhecimento.

A AMI é a base para a liberdade de expressão, para o acesso à informação e para a educação de qualidade para todos. Sem as competências da AMI, os cidadãos não podem ser bem informados porque não têm acesso à informação e não são capacitados para processá-la e usá-la. Isso torna difícil para os cidadãos, incluindo os jovens, participar ativamente em suas comunidades e sociedades, bem como inviabiliza uma governança boa e eficaz (MENDEL, 2005).

Os cidadãos alfabetizados em mídia e informação assumem uma postura crítica quanto aos próprios processos de aprendizagem e tomada de decisão de modo geral (FRAU-MEIGS; TORRENT, 2009). A AMI renova a importância da metacognição, do aprender a aprender e do saber como aprender, com ênfase nas mídias, nas bibliotecas e nos outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet.

b. Conscientização sobre as responsabilidades éticas da cidadania global

A AMI aumenta a compreensão dos cidadãos sobre os direitos de liberdade de opinião, expressão e comunicação. Além disso, pode balancear a compreensão desses direitos com um entendimento maior sobre as responsabilidades éticas pessoais e organizacionais referentes a mídia, informação e comunicação. Essas responsabilidades estão vinculadas

ao conceito de cidadania global, que empodera os cidadãos a “[...] conduzir as próprias ações [...] para fazer diferença no mundo de forma positiva”⁸ (OXFAM, 2013). Portanto, as responsabilidades éticas e a cidadania global implicam a participação de todos os cidadãos na sociedade para fins mais elevados, que respeitem e promovam os direitos dos demais (por exemplo, direito à privacidade, à segurança e de propriedade intelectual).

c. Permitir a diversidade, o diálogo e a tolerância

A AMI pode ser uma ferramenta valiosa para permitir o diálogo intercultural, a tolerância e a compreensão cultural. Alguns indicadores apontam que o engajamento maior da sociedade por intermédio da AMI pode gerar estratégias e diálogo entre gerações, que resultam em coesão cívica e inclusão de diferentes setores e faixas etárias (FRAU-MEIGS; TORRENT, 2009).

► Benefícios para os governos nas áreas de economia, saúde, governança e educação

Segundo Frau-Meigs e Torrent, “a educação midiática⁹ [AMI] leva ao empoderamento dos cidadãos [...] se estiver inserida em um marco de boa governança midiática, em que os benefícios das novas formas cognitivas da aprendizagem sejam compartilhados, centrados nas pessoas, e não simplesmente induzidos por máquina” (FRAU-MEIGS; TORRENT, 2009, p. 20). De acordo com esses autores, a educação midiática não ameaça o poder governamental, a soberania nacional, nem a identidade cultural. Pelo contrário, a educação midiática leva a uma “mudança inteligente” “[...] enquanto protege e desenvolve culturas autóctones. O uso de mídias e TIC com coesão e inclusão pode promover confiança e respeito entre todos os membros de uma sociedade e beneficiar todas as partes interessadas” (FRAU-MEIGS; TORRENT, 2009, p. 20). O fator propulsor dessa mudança “inteligente” foi articulado durante o Colóquio de Alto Nível sobre Alfabetização Informacional,¹⁰ como um desejo por saúde e longevidade universais, aumento de riqueza e prosperidade, tomada de decisão mais bem fundamentada, cultura de aprendizagem e compartilhamento de ideias, respeito pela diversidade, sustentabilidade ambiental e melhor qualidade de vida para todos (GARNER, 2006).

Na educação, os benefícios abaixo são destacados:

- é necessária uma mudança na educação. A AMI serve para alavancar essa mudança e o uso de TIC fornece uma oportunidade, mas a combinação do uso de TIC com a AMI pode ajudar a criar uma ponte entre a aprendizagem que ocorre na sala de aula física e a que ocorre no ambiente digital;
- no processo de ensino e aprendizagem, a AMI capacita os professores com conhecimento aprimorado para empoderar futuros cidadãos; e
- a AMI ajuda a melhorar os resultados da educação ao capacitar cidadãos com as competências necessárias para participar plenamente da vida política, econômica e social.

8 Disponível em: <<http://www.oxfam.org.uk/education/global-citizenship/what-is-global-citizenship>>.

9 Desde que a UNESCO decidiu promover a AMI como um conceito composto, a organização não usa mais o termo *educação midiática*, que, muitas vezes, é confundido com estudos midiáticos do ensino médio.

10 Evento organizado pela UNESCO, pelo *National Forum on Information Literacy* (Fórum Nacional sobre Alfabetização Informacional) e pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), Bibliotheca Alexandrina, de Alexandria, Egito, de 6 a 9 de novembro de 2005.

Na formulação de políticas, é fundamental coordenar todas as áreas que estabelecem fortes relações com a educação, incluindo:

- desenvolvimento de infraestrutura das TIC;
- desenvolvimento de informações e serviços do governo facilmente acessíveis;
- boa governança que apoie os sistemas reguladores para a autorregulamentação da mídia e de veículos de radiodifusão;
- proteção da memória de uma nação por meio de bibliotecas, acervos e museus;
- *e-commerce*;
- regulamentos relativos à privacidade e aos direitos autorais; e
- sistemas de regulamentação da internet, em particular sobre a segurança de crianças e jovens.

Os desenvolvimentos coordenados de políticas e estratégias terão implicações positivas para intensificar a educação que prepara os cidadãos para viver e trabalhar em um mundo cada vez mais conectado globalmente.



► Melhor qualidade de mídias e provedores de informações

A AMI transmite conhecimentos essenciais sobre as funções dos canais midiáticos e informacionais nas sociedades democráticas, sobre a compreensão básica das condições necessárias para realizar essas funções com eficácia e sobre habilidades básicas necessárias para avaliar o desempenho da mídia e dos provedores de informação, considerando, assim, as funções esperadas. Uma sociedade alfabetizada em mídia e informação promove o desenvolvimento de sistemas midiáticos e informacionais abertos, livres, independentes e pluralistas (GRIZZLE; WILSON, 2011), e aperfeiçoa, dessa forma, a qualidade das informações que eles fornecem. As políticas e as estratégias da AMI devem se basear no fato de que as competências midiáticas e informacionais permitem aos cidadãos conhecer seus direitos e suas responsabilidades midiáticas e informacionais (com relação à ética e à cidadania, conforme supradescrito) para exigir o acesso livre à informação por meio de mídia independente e diversificada e outros provedores de informação.¹¹

11 Veja em A. Josephs (2005) uma análise simples, fácil de ler e relevante sobre as relações entre cidadãos e mídias.

4. Marco teórico/de desenvolvimento para políticas e estratégias da AMI

A articulação e a aplicação de políticas e estratégias da AMI regionais e nacionais podem ser orientadas por um marco teórico ou de desenvolvimento, que utiliza um conjunto de abordagens inter-relacionadas.

► Abordagem de convergência

Mais colaboração e mais parcerias entre os ministérios governamentais são necessárias para articular e harmonizar políticas de desenvolvimento multilaterais nacionais e de base ampla. Dessa forma, é importante propor uma “política transversal”, que incorpore a AMI em diferentes áreas do setor público, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2. Fluxo das políticas



Por exemplo, é importante que a AMI esteja presente não apenas nas políticas da educação, mas também nas políticas de TIC, cultura e outras áreas da administração pública. A AMI pode moldar os cenários da educação, do trabalho e da comunidade de formas importantes, o que requer políticas e estratégias cuidadosamente articuladas, que possam ser implementadas nesses contextos.¹²

► Abordagem baseada nos direitos humanos

Como todos os governos reconhecem o valor da utilização de uma abordagem baseada nos direitos humanos ao lidar com governança e desenvolvimento, é importante que a AMI também seja incluída em uma abordagem baseada nos direitos humanos a fim de garantir consistência e harmonia entre as políticas que se sobrepõem. Nessa abordagem, são identificados os detentores de direitos e seus direitos conferidos, bem como os correspondentes detentores de deveres e suas obrigações. A abordagem salienta o fortalecimento das capacidades dos detentores de direitos (por exemplo, mulheres e crianças) para que façam suas reivindicações, bem como dos detentores de deveres (por exemplo, instituições

¹² LLOYD; WILLIAMSON, 2008.

educacionais, organizações midiáticas) para que cumpram com suas obrigações.¹³ Essa abordagem não se concentra apenas nos direitos humanos em si, mas também no uso dos padrões e dos princípios dos direitos humanos ao conduzir o desenvolvimento da AMI.

► Abordagem de empoderamento

A “onipresença” da informação, da mídia, da internet e de outros provedores de informação requer ênfase maior no empoderamento dos cidadãos, garantindo, assim, que eles tenham habilidades, atitudes e conhecimentos que permitam sua interação crítica e eficaz com conteúdos de todas as formas de mídia e com todos os provedores de informação. Por isso, a era digital requer uma mudança da abordagem de “protecionismo somente” para um foco no empoderamento dos cidadãos. Isso não implica necessariamente que a proteção, por exemplo, a segurança na internet, deva ser abandonada, mas que a ênfase seja no empoderamento. A ênfase somente no protecionismo pode levar a restrições excessivas impostas às mídias e aos outros provedores de informação. Além disso, as crianças que não adquirirem as competências para avaliar as mídias e as informações com senso crítico, estarão mais susceptíveis à possível influência negativa das informações e dos conteúdos midiáticos, bem como menos preparadas para aproveitar as oportunidades na fase adulta.

Os benefícios provenientes de uma abordagem que equilibre a regulamentação ou o protecionismo com o empoderamento por meio da AMI podem ser resumidos com os pontos a seguir:

- garante acesso total à tecnologia necessária para que as pessoas sejam plenamente alfabetizadas em termos de mídia e informação;
- enfatiza as oportunidades fornecidas pelo acesso a informações, mídias, bibliotecas, internet etc. – enquanto empodera os cidadãos para se proteger contra potenciais riscos;
- garante que os indivíduos adquiram as competências da AMI para interação com os demais indivíduos, mídias e outros provedores de informação, além de outras instituições sociais, políticas, culturais e econômicas. Os indivíduos são capazes de avaliar conteúdos e mídias com senso crítico e tomar decisões bem informadas para rejeitar ou aceitar o que eles encontrarem;
- enfatiza a AMI para que todos os cidadãos, não apenas os grupos de interesses específicos, possam ser tomadores de decisão ativos, por exemplo, para reivindicar leis e regulamentos necessários;
- enfatiza as pessoas, garantindo que adquiram competências da AMI para que saibam escolher sistemas e processos;
- enfatiza os cidadãos alfabetizados em mídia e informação que podem ajudar a descobrir usos antiéticos de informações e mídias, enquanto atuam como provedores e usuários éticos de conteúdo e informação;
- permite que os cidadãos aproveitem todos os benefícios dos direitos humanos por meio da AMI;
- reivindica os recursos educacionais abertos e o acesso aberto à informação científica; e
- garante aos cidadãos o desenvolvimento das competências da AMI que lhes permitirão compreender que não podem ter 100% de privacidade se os governos tiverem de manter sua segurança dentro e fora da internet. Permite que os grupos da sociedade civil sejam envolvidos na tomada de decisões relacionadas.

.....
¹³ *The Human Rights-based Approach: Statement of Common Understanding in the State of the World's Children*; annex B, 2004.

► Abordagem baseada nas sociedades do conhecimento

Em 2003, a UNESCO articulou e defendeu um estudo amplo sobre as estratégias que evoluíram da “sociedade da informação” para as “sociedades do conhecimento”.¹⁴ Quatro princípios sustentam o desenvolvimento de sociedades do conhecimento igualitárias. A Tabela 1 resume esses princípios¹⁵ e sugere como a AMI é essencial para colocá-los em prática.

Tabela 1: AMI e sua conexão com os princípios das sociedades do conhecimento (SC)

PRINCÍPIOS SC	ASSOCIAÇÕES COM A AMI
Acesso igual à educação de qualidade para mulheres, homens, meninos e meninas	O acesso à informação é um requisito necessário para atingir o objetivo da Educação para Todos. A AMI inclui as competências para acessar, avaliar e usar com eficácia e ética informações, mídias e outros provedores de informação; a AMI também está relacionada à educação de qualidade, pois esclarece a necessidade de uma definição ampliada da alfabetização.
Multiculturalismo que garanta a expressão da diversidade cultural, incluindo os aspectos de gênero na cultura	Mídias, bibliotecas e outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, assim como transmissores de cultura, são o motor que impulsiona a globalização das culturas. A AMI promove o multiculturalismo ao conferir aos cidadãos as competências para usar mídias, bibliotecas, internet e outros provedores de informações para expressões culturais e diálogos, bem como para analisar e avaliar com senso crítico a representação de várias culturas e pessoas por meio da mídia e dos outros provedores de informação.
Acesso universal à informação para mulheres, homens, meninos e meninas, sobretudo à informação de domínio público	O acesso dos cidadãos à informação por meio de políticas, leis e regulamentações é completo somente se eles tiverem as competências necessárias para aproveitar essa nova oportunidade. A AMI fornece as competências necessárias.
Liberdade de expressão, com implicações para a igualdade de gênero	Da mesma forma, a AMI empodera os cidadãos com competências para reivindicar a liberdade de expressão e de imprensa e usar essas liberdades de maneira ética.

14 UNESCO, 2003.

15 Os quatro princípios referidos na Tabela 1 foram modificados para considerar as perspectivas de gênero.

► Abordagem de diversidade cultural e linguística

A questão da diversidade cultural e linguística se torna crucial na articulação das políticas e das estratégias da AMI no mundo cada vez mais globalizado, em que as pessoas se deslocam entre regiões de uma nação e também entre nações, em um ritmo nunca visto antes. A principal preocupação sobre a diversidade cultural, compreendida como a pluralidade e a multiplicidade de culturas, é garantir os direitos humanos universais, a liberdade de expressão e a participação democrática. Portanto, a diversidade cultural e a diversidade linguística são recursos importantes para as políticas e as estratégias da AMI, pois promovem sua articulação com a linguagem, a educação e a comunicação.

“A principal preocupação sobre a diversidade cultural, compreendida como a pluralidade e a multiplicidade de culturas, é garantir os direitos humanos universais, a liberdade de expressão e a participação democrática”.

A AMI permite estratégias viáveis voltadas para a diversidade linguística, isto é, políticas de linguagem que promovam o multilinguismo nas sociedades, empoderando idiomas locais e vernáculos, traduções entre idiomas e diversidade linguística nas mídias e no ciberespaço. Da mesma forma, a AMI articula a noção do direito à educação. O direito à educação garante “[...] a diversidade das necessidades dos educandos (especialmente daqueles que pertencem a grupos minoritários, indígenas ou nômades) e a variedade dos métodos e conteúdos conexos. Em sociedades multiculturais cada vez mais complexas, a educação deve auxiliar-nos a adquirir as competências interculturais que nos permitam conviver com as nossas diferenças culturais e não apesar delas”.¹⁶ As políticas da AMI fornecem estratégias detalhadas para a promoção da diversidade cultural na área da comunicação.

► Abordagem baseada em gênero e desenvolvimento

Aplicar uma abordagem baseada em gênero e desenvolvimento às políticas e estratégias da AMI exige o reconhecimento de que:

- mulheres e homens não têm o mesmo acesso à informação, às mídias e às novas plataformas tecnológicas, em termos de uso, operação e posse, e isso precisa ser mudado;
- em âmbito nacional, mais atenção deve ser dedicada aos grupos em desvantagem para garantir que mulheres e homens tenham o mesmo acesso às competências da AMI, como uma forma de mudar o desequilíbrio observado acima; e
- homens e mulheres devem ter participação igual no desenvolvimento e na implementação das políticas e estratégias da AMI.

Não há dúvida de que a proliferação das mídias, a explosão de novas tecnologias e o advento das mídias sociais permitiram múltiplas fontes de acesso a informações e conhecimentos relacionados a gênero em várias partes do mundo. Conquanto existam desigualdades e estereótipos referentes a gênero nas estruturas sociais e nas mentes das pessoas, as mídias e os outros provedores de informação, incluindo aqueles da internet, podem propagar e imortalizar tal aspecto, ou podem melhorá-lo. Políticas e estratégias da AMI relacionadas a gênero ajudarão a reduzir as desigualdades.

.....
¹⁶ UNESCO, 2009.

Para concluir, os formuladores de políticas devem estar conscientes de alguns fatores que podem desestimular a formulação de políticas da AMI. Esses fatores são identificados nos desafios envolvidos nas abordagens já apresentadas e são resumidos na Figura 3.

Figura 3: Fatores que podem mitigar as políticas e estratégias da AMI¹⁷



5. Desenvolvimento de políticas da AMI

As políticas são os princípios que orientam o desenvolvimento estratégico. O desenvolvimento de políticas é sustentado por um processo iterativo de implementação, avaliação e revisão. Os pontos de partida e as políticas podem variar conforme as diferentes nações e comunidades, no entanto pode-se supor o seguinte:

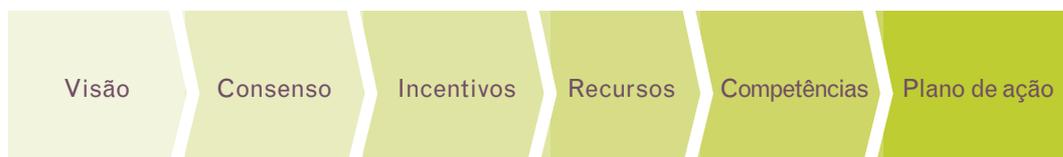
- a implementação da AMI terá mais sucesso onde os vários atores compartilharem de uma visão e trabalharem de forma colaborativa para atingir esse objetivo por meio do compartilhamento de conhecimentos e recursos;
- as bases de conhecimento, as atitudes e as habilidades da AMI podem ser desenvolvidas sem acesso à tecnologia (por exemplo, em culturas orais). Porém os programas da AMI devem ser responsivos à disponibilidade de tecnologias de mídias e informação existentes e emergentes para que os cidadãos possam se beneficiar totalmente delas e participar ativamente de suas sociedades; e

¹⁷ Inspirado por: JONES; WALSH, 2008.

- o desenvolvimento da AMI é fundamental para a construção da nação, para o seu desenvolvimento econômico, para a proteção dos direitos humanos e para superar os desafios da diversidade cultural e linguística, pelas razões explicadas nestas diretrizes.

Um processo eficaz de desenvolvimento de políticas está baseado em um marco de equação da mudança (Figura 4). A lógica subjacente do marco é que a mudança é possível por meio do consenso entre os atores e por enfrentar os desafios por meio da colaboração e do uso eficaz de recursos.

Figura 4. Os seis elementos do desenvolvimento de políticas da AMI



Esse marco engloba seis elementos (Figura 4): criar uma visão para a AMI, com seu papel e finalidade; estimular um consenso sobre essa visão por meio da identificação de incentivos e oportunidades de parcerias e colaborações; identificar os desafios dos atores, visando a implementar programas da AMI; identificar orientações políticas de incentivos para a AMI; identificar as atitudes, as habilidades e os conhecimentos necessários para a implementação da AMI; alocar os recursos necessários para a implementação da AMI; e fornecer direções para um plano de ação, monitoramento e avaliação da implementação da AMI.

Com relação às orientações, as políticas devem ser baseadas na crença de que a AMI é essencial para aproveitar as oportunidades democráticas, sociais, educacionais, econômicas, culturais, de saúde e sustentabilidade fornecidas pelas mídias, pelas instituições de memória e documentação, além de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet.





Exemplos de declarações de políticas propostas nestas diretrizes

- Os programas da AMI **fornecerão oportunidades de empoderamento e maior participação democrática** ao envolver os cidadãos na produção criativa de conteúdo midiático e informacional e ao fornecer-lhes o conhecimento, as atitudes e as habilidades para usarem e se engajarem com senso crítico nas mídias e em outros provedores de informação.

Com o objetivo de empoderar os cidadãos com as competências da AMI, os programas promoverão o desenvolvimento de sociedades do conhecimento abertas, incluindo bibliotecas reformadas, diversas mídias livres de influências externas e internas, a liberdade de expressão, a liberdade de informação, o desenvolvimento aberto (isto é, desenvolvimento caracterizado pela responsabilidade e pela transparência) e os benefícios dos direitos humanos.

- Os programas da AMI **promoverão a inclusão social e a redução da “falta de participação”** entre os cidadãos que estão e os que não estão envolvidos na criação e no uso de conteúdo midiático e informacional com senso crítico. Os programas da AMI promoverão a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, bem como fornecerão oportunidades para a participação das diversas comunidades, incluindo as autóctones, as pessoas com deficiência, e as crianças e os jovens que vivem na pobreza.
- Os programas da AMI **fornecerão educação e treinamento específicos** para desenvolver as competências midiáticas e informacionais dos indivíduos (conhecimentos, habilidades e atitudes) e para criar conhecimentos e habilidades a partir de uma ampla variedade de fontes de informação e mídia.
- Os programas da AMI **identificarão os benefícios econômicos** associados às mídias, às instituições de memória e documentação, além de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet. Além disso, eles enfatizarão como o desenvolvimento especializado de habilidades, atitudes e conhecimentos relacionados à mídia e à informação pode levar a novas oportunidades de comércio e negócios, bem como ao desenvolvimento de novas indústrias.
- Os programas da AMI **aproveitarão as vantagens das oportunidades culturais** fornecidas pelas mídias e pelas tecnologias de informação, o que facilita o diálogo intercultural e desenvolve a compreensão mútua por meio de novas formas de transmissão de tradições e culturas e pelo reconhecimento de novas práticas culturais.
- Os programas da AMI **promoverão os benefícios das mídias, das instituições de memória e documentação, além de outros provedores de informação**, incluindo aqueles na internet, ao estabelecerem relações entre AMI, alfabetização em saúde, iniciativas *online* de saúde, agricultura, alfabetização científica, alfabetização financeira etc. Em particular, promoverão o acesso à informação e a atenção às comunidades remotas e rurais.
- Os programas da AMI **identificarão oportunidades de sustentabilidade para as tecnologias de mídia e informação** e mostrarão como elas podem ser usadas para promover a educação sobre desenvolvimento sustentável, bem como fornecer oportunidades de práticas de desenvolvimento sustentável.

Veja no Capítulo 3 uma descrição mais detalhada sobre as declarações de políticas da AMI.

Exemplos de políticas de alfabetização midiática e informacional (AMI) que mostram visão e consenso entre os atores

- Uma força-tarefa foi criada na **Índia** para desenvolver um consenso nacional entre todas as bibliotecas sobre as iniciativas de desenvolvimento de políticas para tornar o país uma sociedade alfabetizada em informação ligada à *National Knowledge Commission*, criada em 2005. Disponível em: <<http://knowledgecommission.gov.in/recommendations/libraries.asp>>.
- Na **Europa**, a Comissão Europeia desenvolveu a comunicação em uma abordagem europeia sobre alfabetização midiática em ambiente digital (COMISSÃO EUROPEIA, 2007). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/culture/media/literacy/docs/com/en.pdf>>
- Na **Argentina**, o governo desenvolveu uma política nacional sobre alfabetização midiática com múltiplos atores, como associações midiáticas (estações de rádio, canais de TV, cinemas e revistas nacionais), empresas privadas e o sistema educacional.¹⁸

Exemplos de políticas que fornecem oportunidades de empoderamento e maior participação democrática

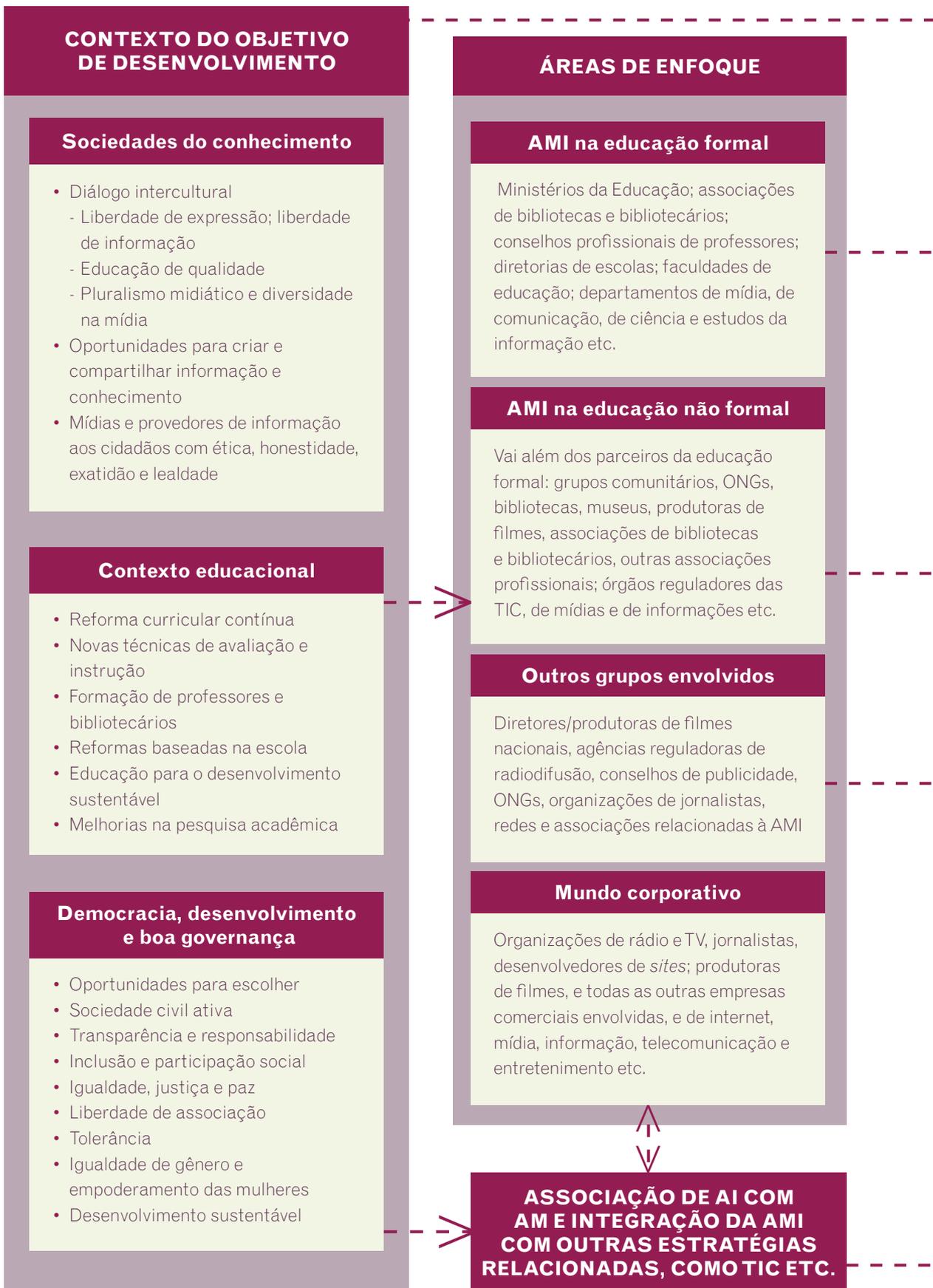
- Na **Austrália**, a *Central Australian Indigenous Media Association* (CAAMA) pertence a um grupo de aborígenes da região central do país e possui licença de transmissão pública. A CAAMA promove a cultura, o idioma, a dança e a música aborígenes e, ao mesmo tempo, gera benefícios econômicos na forma de treinamento, emprego e geração de renda. Disponível em: <<http://caama.com.au/>>.
- O governo da **Finlândia** desenvolveu duas políticas: 1) Programa Governamental da Sociedade da Informação (*Government Information Society Programme*, 2007- 2011); e 2) Programa de políticas para o bem-estar de crianças, jovens e famílias que enfatizam objetivos e medidas envolvidos na segurança de ambientes midiáticos, alfabetização midiática e serviços *online*. Disponível em: <<http://www.mediakasvatus.fi/node/194>>.

6. Desenvolvimento de estratégias da AMI

A lacuna entre as políticas relativas à AMI e o impacto desejado mensurável é preenchida pelas estratégias da AMI; porém, por estarem ligadas, as políticas e as estratégias, muitas vezes, podem se fundir. Por isso, é extremamente necessário desenvolver uma estratégia abrangente e, dessa forma, engajar todos os atores que acreditem no esforço sistemático para compreender a AMI. É importante desenvolver estratégias práticas da AMI, adequadas aos contextos de cada ambiente, para atingir os objetivos de desenvolvimento. A Figura 5 ilustra um marco conceitual proposto para as estratégias relativas à AMI.

18 FRAU-MEIGS; TORRENT, 2009.

Figura 5: Marco conceitual para estratégias da AMI¹⁹



19 THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT; THE WORLD BANK, 2005.

Implementação, monitoramento e avaliação

Localização da AMI – treinamento/currículo separado ou de assunto específico.

Programas para bibliotecários e profissionais da informação graduados, bem como estágio para incluir a AMI no certificado de formação de bibliotecários.

Oportunidades de desenvolvimento profissional para professores em estágio profissional, incluindo AMI no certificado de formação de professores; programas de atualização contínua para bibliotecários e professores graduados e em estágio profissional.

Programas por meio de iniciativas em contraturno da escola, programas comunitários: oportunidades cocurriculares; parcerias e conexões com programas da educação formal, por exemplo, festivais de cinema para juventude; *sites* desenvolvidos por jovens, zines, parcerias público-privadas etc.

Programas na internet e em bibliotecas, museus, mídia impressa e radiodifusão – parcerias com empresas; por exemplo, promoção da AMI e uso de conteúdo gerado por usuários; desenvolvimento e uso de rádio comunitária ou conexão de uma rádio a uma biblioteca ou à internet para promover a AMI etc.

Formulação de mecanismos de monitoramento e avaliação da AMI. Adoção ou adaptação do Marco de Avaliação de AMI da UNESCO (ver p. 111) ou de outro recurso similar.

Realizar pesquisas com documento-piloto dos indicadores para a AMI, armazenar e relatar os resultados. Usar os resultados para desenvolver políticas e estratégias.

Promover, criar e manter parcerias para promover a AMI nos âmbitos regional, nacional e internacional.

RESULTADOS

Profissionais e educadores da AMI

- Possuem competências midiáticas e informacionais (conhecimentos, habilidades e atitudes):
Uso de estratégias pedagógicas, seleção de recursos, desenvolvimento, implementação, análise e avaliação de programas da AMI (veja: “AMI: currículo para formação de professores”, da UNESCO)

Cidadãos e a AMI

Competências para:

- Compreender a importância e o ambiente necessário para mídia, internet e outros provedores de informação, avaliar e usar as informações com senso crítico para compartilhar cultura, desenvolvimento, democracia, paz etc.
- Definir as necessidades informacionais, localizar, avaliar, organizar, usar de maneira ética, comunicar a informação e produzir conteúdo.
- Melhorar o acesso à informação, a pesquisas, a estudos, à aprendizagem e à vida pessoal.

Sociedades e AMI

- Todas as competências individuais já mencionadas aqui, além das mudanças coletivas para o bem comum e dos objetivos de desenvolvimento conquistados, como:
- Mídias, instituições de memória e documentação e outros provedores de internet são cobrados de acordo com suas responsabilidades.
- Luta pela igualdade de gênero.
- Princípio avançado das sociedades do conhecimento etc.

O marco conceitual distingue cinco áreas estratégicas gerais nas quais a AMI está incluída. Para cada uma dessas áreas é necessário identificar metas, estratégias e objetivos, assim como os principais atores:

1. Educação formal (professores, estudantes, bibliotecários, gestores de políticas, pesquisadores, administradores).

Exemplos:²⁰

Metas	Principais atores	Estratégias/ objetivos	País de referência
Professores e bibliotecários treinados em AMI	Ministérios da Educação, instituições de formação de professores, escolas do ensino básico e ensino médio, departamentos de ciência da informação, bibliotecas de todos os setores, instituições de formação em mídia, jornalistas e associações de mídias, associações de bibliotecas e bibliotecários, Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) etc.	Desenvolver currículos e diretrizes para profissionais, incluindo professores, adaptando o currículo da AMI e esta publicação, "Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias" da UNESCO, e outras fontes semelhantes; atribuir um líder de legislações com base em autoridades relevantes. Isso deve incluir a alocação de fundos para desenvolvimento, disseminação e treinamento.	Canadá Colômbia
		Faculdades de educação e ciência midiática e informacional devem introduzir curso de formação e/ou treinamento sobre AMI.	Croácia

2. Educação não formal e educação continuada (pais, cuidadores, líderes comunitários etc.)
 - a. Sociedade civil em geral: grupos comunitários, ONGs, organizações comunitárias etc.
 - b. Fora de alcance (cidadãos em comunidades carentes, sem acesso à educação ou analfabetos)
 - c. Profissionais – treinamento no emprego

Exemplos:²¹

Metas	Principais atores	Estratégias/ objetivos	País de referência
AMI entre grupos de profissionais, como profissionais de saúde e agrícolas	Ministérios relevantes, planejamento familiar e de saúde, diretores de escolas do ensino básico e médio, associações de pais e professores, bibliotecas escolares e públicas, ONGs e organizações comunitárias	Criar grupos de mídia e informação cívica, como associação de espectadores e ouvintes, grupos de análise de mídias, voluntários de biblioteca, clubes de mídia e informação nas escolas. Grupos de bibliotecas e internet.	Cuba Índia Escócia

20 Veja no Capítulo 4 uma descrição mais detalhada sobre as estratégias.

21 Idem.

3. Outros atores. Organizações relacionadas à mídia e à tecnologia, órgãos reguladores de mídia, bibliotecas e outras instituições de memória e documentação, institutos de formação, o mundo corporativo (publicidade e seu impacto, responsabilidade social corporativa), outros parceiros.

Exemplos:²²

Metas	Principais atores	Estratégias/ objetivos	País de referência
Aumentar a conscientização sobre AMI entre os profissionais de mídia	Organizações midiáticas, órgãos reguladores de mídia, mídias e provedores de informações <i>online</i> , usuários de mídias sociais	Adaptar e testar em programa-piloto as diretrizes para a mídia impressa e para a radiodifusão que visam a promover a AMI e o conteúdo gerado pelo usuário.	Global, "UNESCO Guidelines for Broadcasters to Promote MIL and User-Generated Content"
	Revisar atuais políticas e estratégias de mídia e informação nacionais e verificar até que ponto elas incluem AMI		Europa, <i>European Association of Viewers Interest (EAVI)</i>

4. Órgãos governamentais, em particular, ministérios e outras organizações relevantes.

Exemplos:²³

Metas	Principais atores	Estratégias/ objetivos	País de referência
Legisladores treinados em AMI	Membro(s) do Comitê de Mídia e Informação das Assembleias Legislativas	Organizar <i>workshops</i> de treinamentos para formuladores de políticas e tomadores de decisão.	Canadá

5. Integração de estratégias da AMI a outras estratégias relacionadas; ambiente propício (identificar políticas e programas do governo que podem promover a AMI ou ir contra ela).

22 Ibid.

23 Ibid.

Exemplos:²⁴

Metas	Principais atores	Estratégias/ objetivos	País de referência
Otimizar o impacto e os recursos investidos nas atividades de AI e AM	Ministérios da Educação, ministérios com responsabilidades relacionadas à informação, mídia e comunicação, bibliotecas e instituições de memória, organizações de mídia, grupos de cidadãos que promovem a AI e a AM, instituições de formação de professores, IFLA, departamentos de ciência da informação, bibliotecas, escolas do ensino básico e médio, instituições do ensino superior	Organizar reuniões locais, nacionais e internacionais com especialistas em AI e AM e outros atores para obter novas percepções, fortalecer o diálogo e o consenso e desenvolver uma abordagem e estratégia em comum.	Federação Russa
		Revisar os programas e atividades da AMI existentes, garantindo que, onde faltar um componente da AM ou da AI, uma estratégia será implementada para preencher essa lacuna.	A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) lançou recomendações para a AMI.

Para concluir, o desenvolvimento de políticas e estratégias da AMI adequadamente coordenadas e harmonizadas com as outras políticas relacionadas, por exemplo, as políticas educacionais, terá os seguintes efeitos positivos na governança e nos cidadãos:

- permitir que todas as nações comecem a trabalhar visando à sociedade alfabetizada em mídia e informação, enquanto desenvolvem infraestruturas fortalecidas para as áreas de educação, economia, tecnologia e de saúde;
- mostrar que a colaboração e a parceria com uma série de organizações e grupos de interesses semelhantes são possíveis e altamente desejáveis para aumentar a compreensão dos diferentes pontos de vista e o compartilhamento da responsabilidade;
- apresentar oportunidades para reduzir a intolerância e aumentar a compreensão para além das fronteiras políticas, étnicas e religiosas;
- oferecer oportunidades para captar e proteger o conhecimento dos povos indígenas, disponibilizando-o para um público mais amplo;
- mudar a forma de fornecimento da educação a educadores, estudantes e comunidades em geral; e
- mudar os conteúdos dessa educação, em alguns casos, tornando-os relevantes para as experiências reais das pessoas.

A versão completa desta publicação fornece uma versão expandida deste resumo sobre as políticas da AMI, assim como um modelo de política e estratégia que pode ser adaptado por cada país.

.....
24 Ibid.

7. Referências bibliográficas

- FRAU-MEIGS, D.; TORRENT, J.** *Mapping Media Education Policies in the World: visions, programmes and challenges*. United Nations Alliance of Civilizations, Grupo Comunicar, 2009.
- GRASSIAN, E. S.; KAPLOWITZ, J. R.** *Information Literacy Instruction: theory and practice*. Edison, NJ: Neal-Schuman Publishers, 2001. (Information literacy sourcebooks).
- HIGH Level Colloquium on Information Literacy.** In: FORUM ON INFORMATION LITERACY AND THE INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, Bibliotheca Alexandrina. *Proceedings...* Alexandria, Egypt, November 6-9, 2005.
- HOBBS, R.** The seven great debates in the media literacy movement. *Journal of Communication*, 1998.
- THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT; THE WORLD BANK.** Conceptual Framework for ICT in Monitoring and Evaluation of ICT in Education Projects. USA, 2005.
- JOHNSTON, B. S.** Information literacy in higher education: a review and case study. *Studies in Higher Education J*, 2003.
- JONES, N.; WALSH, C.** *Policy Briefs as a Communication Tool for Development Research: background note*. US: Overseas Development Institute, 2008.
- JOSEPH, A.** *Media Matter, Citizen Care: the who, what, when, where, why, how and butts of citizens' engagement with the media*. Paris: UNESCO, 2005.
- KUBEY, R. W.** (Ed.). *Media Literacy in the Information Age, v. 6: current perspectives*. US: Transaction Publishers, 1997.
- LIN, P.** Information literacy barriers: language use and social structure. *Library Hi Tech J*, 2010.
- LLOYD, A.; WILLIAMSON, K.** Towards an understanding of information literacy in context: implications for research. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 40, n. 1, 2008.
- OXFAM.** *What is global citizenship?* 2013. Disponível em: <<http://www.oxfam.org.uk/education/global-citizenship/what-is-global-citizenship>>.
- PAWLEY, C.** Information literacy: a contradictory coupling. *The Library Quarterly*, 2003.
- UNESCO.** *Towards Knowledge Societies: background paper from information society to knowledge societies*. Paris, 2003.
- UNESCO.** *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural: relatório mundial da UNESCO, resumo*. Brasília, 2009.



THE BARDOZA ORIENTALS

WAGDE

AMERICA CONCEPT

THEORY OF PROBABILITY

MATH FOR ECONOMICS

PRODUCTION PLANNING AND INVENTORY CONTROL

ORGANIC CHEMISTRY

ORGANIC CHEMISTRY

CONTROL OF CHEMICAL PROCESS SYSTEMS

FINANCIAL MANAGEMENT

DIAMOND TRAIL HANDBOOK

DICTIONARIAL METHODS OF ANALYSIS

INTERNATIONAL ECONOMICS

INTERMEDIATE MATHEMATICS

PLUNGETON CIRCUIT

PHYSICS AND METROLOGY

INTEGERS AND SQUARES

INDUSTRIAL AND MANUFACTURING ENGINEERING



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

No processo atual de evolução das sociedades do conhecimento, algumas pessoas estão sobrecarregadas de informações, enquanto outras estão sedentas por informação. Em todos os lugares, as pessoas querem se expressar livremente e participar de maneira proativa dos processos de governança e intercâmbios culturais. Universalmente, existe uma vontade profunda de compreender o mundo complexo à nossa volta. A alfabetização midiática e informacional (AMI) é uma base para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e melhorar a qualidade da educação. A AMI descreve as habilidades e as atitudes necessárias para valorizar nas sociedades as funções das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, bem como para encontrar, avaliar e produzir informações e conteúdos midiáticos; em outras palavras, apresenta as competências fundamentais para que as pessoas participem de maneira eficaz de todos os aspectos do desenvolvimento.

Jānis Kārklīņš

Diretor-geral assistente do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

cetic.br **nic.br** **egi.br**

Centro Regional de Estudos
para o Desenvolvimento da
Sociedade da Informação
sob os auspícios da UNESCO

Núcleo de Informação
e Coordenação do
Ponto BR

Comitê Gestor da
Internet no Brasil